

MODERNISMO EM MATO GROSSO, UMA QUESTÃO POLÍTICA

Franceli Aparecida da Silva Mello - UFMT

Nilzanil Soares e Silva - UNIC

RESUMO: Através do estudo da seção literária “Cavacos Quinzenais”, que integrou o jornal *A Cruz* entre 1922 e 1948, verificamos que o fato de os escritores matogrossenses ignorarem a estética modernista não foi fruto de desinformação, como afirma a maioria dos estudiosos da literatura-mato-grossense, mas uma reação consciente à mudança. Ligados à igreja católica e ao governo, jornal e colunista (José de Mesquita), identificavam o modernismo ao comunismo. Assim, a rejeição à nova estética caracteriza-se pela defesa de um posicionamento político que visava à manutenção da influência da igreja e do estado sobre a literatura e, por extensão, sobre a sociedade.

PALAVRAS-CHAVES: modernismo, igreja, sociedade.

ABSTRACT: *We have studied the literary section “Cavacos Quinzenais”, column of the journal A Cruz between 1922 and 1948, and conclude that the factor of matogrossenses writers ignores the modernist aesthetic was not resultant of disinformation, as declares the majority of matogrossense literature’s experts, but a reaction against the change. Journal and journalist (José de Mesquita) had relations with Catholic Church and government, both identify modernism with communism. Therefore, the refusal to the new aesthetic can be understood as a defense of the political position that aimed the maintenance of church and government’s influence on literature and, by extent, on society.*

KEYWORDS: *modernism, church, society.*

Os estudos até hoje realizados sobre a crítica literária no Brasil desconhecem a presença do gênero em Mato Grosso. Esta lacuna nos levou a buscar sua manifestação na primeira metade do século XX, período em que se inicia a sistematização da produção literária local, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919) e do Centro Mato-grossense de Letras (1921), este último por iniciativa do escritor José de Mesquita e de Dom Aquino Correa, bispo, poeta e governador do Estado.

O contexto social que antecede a criação de tais agremiações caracteriza-se pela intensa rivalidade entre as regiões norte e sul, que, desde o advento da República, disputavam a liderança política no Estado. O norte, ainda sob o domínio dos “coronéis”, usineiros de açúcar e pecuaristas, e o sul, com maior desenvolvimento urbano, graças ao surto migratório acentuado, representavam posicionamentos políticos

incompatíveis que resultaram, na maior parte das vezes, em violentos conflitos armados, só minimizados com a nomeação de Dom Aquino Correa para o governo do Estado, em 1918.

Desse modo, para além de sua missão intelectual, a criação das agremiações representou uma tentativa de mudar a imagem negativa de Mato Grosso (“confins do mundo”, onde prevaleciam a violência e a desordem) perante o resto do país, emprestando-lhe ares de civilização.

Guardadas as devidas proporções, o Centro Mato-grossense de Letras pode ser comparado às primeiras academias do Brasil colonial, pois, devido ao isolamento do Estado, propiciou vivência intelectual e se transformou numa espécie de germen irradiador da cultura letrada, porém, ao contrário daquelas, privilegiou o culto à moral e à religião direcionando a educação do gosto do leitor e o exercício literário para estas duas vertentes. Na solenidade de inauguração do Centro, o discurso de seu presidente de honra, D. Aquino Correa, dá o tom conservador que iria guiar o espírito da agremiação:

Façamos uma literatura que eduque e eleve, propinando-lhe no vaso de ouro filigranado e terso das letras, não o veneno róseo da pórneia, nem os perrexis do erotismo fácil e enervante, mas sim as ambrosias e os néctares dos entusiasmos puros, das virtudes generosas, das crenças fortes, dos patriotismos sinceros e dos heroísmos que glorificam toda uma raça [...]. (Revista do Centro Mato-grossense de Letras: 1922, p. 9-14)

Seu vocabulário precioso e a acepção da literatura em seu papel educativo, exemplar e patriótico, revelam certo anacronismo em relação às discussões que se travavam em torno da arte naquele momento, estas já apontando para a renovação, que seria efetivada pela eclosão do modernismo no Brasil no ano seguinte.

Se as instituições supracitadas (IHGMT e CML) foram o pilar de sustentação da literatura mato-grossense ao tempo de sua organização enquanto sistema, o jornal foi seu principal veículo de divulgação. A crítica de rodapés, ou jornalística, foi de suma importância para a legitimação dos textos produzidos naquele momento. E, assim como Sílvio Romero foi o primeiro grande crítico e fundador da crítica literária no Brasil, José de Mesquita o foi para Mato Grosso. Sua atuação como crítico lançou as bases para o movimento de regionalização da literatura mato-grossense. É importante esclarecer que a

comparação entre Mesquita e Romero não os iguala quanto ao *status* de crítico; contudo, somando-se ao fato de terem sido críticos iniciadores, ambos têm em comum a *nacionalidade* como critério de julgamento da obra literária.

Alicerçada no discurso vinculado à campanha para a reestruturação da sociedade mato-grossense em nível cultural e de progresso material, sem negligenciar a manutenção da ordem e da moral, a produção literária deveria, ainda, estar em conformidade com a idéia de representação da nação, o que, entre nós, passava obrigatoriamente pela valorização do regional.

O momento decisivo de estruturação do projeto literário calcado nos aspectos regionais foi a chegada de D. Aquino e José de Mesquita à direção do jornal *A Cruz*, difundindo o que se considerava a “nova imagem” da literatura em Mato Grosso. Neste jornal, Mesquita assumiu várias funções, inclusive a de crítico literário. Dentre as suas colunas, assinadas com o próprio nome ou sob pseudônimos, destacamos, neste trabalho, “Cavacos Quinzenais”, criada em 1922, por ser a que melhor representa a reação ao movimento modernista, como se vê neste excerto: “Não resta dúvida que é muito louvável a tendência que se vem acentuando mais nessas letras pelo regionalismo principalmente no que implica de reação contra a subserviente tutela em que muitos dos nossos literatos se colocam diante da exclusiva cultura estrangeira”. (Cavacos Quinzenais, julho de 1922)

Se por um lado a intelectualidade mato-grossense corrobora a concepção tradicional _ porque sedimentada no senso comum e até por uma parte da crítica literária brasileira _ da literatura como veículo da nacionalidade, por outro, engaja-se no projeto, atualíssimo, de difusão de uma imagem regional positiva, com o propósito de reverter a fama de lugar violento e atrasado que, acreditava-se, emperrava o progresso do Estado.

Assim, no Mato Grosso da década de 1920, o cenário cultural apresenta duas faces: uma voltada para o passado romântico; outra para a construção de uma espécie de *marketing* regional. Neste item, adiantando-se ao ideário que seria adotado pelo Estado Novo para a cultura, no qual a literatura seria concebida como veículo de divulgação da imagem da nação centrada nas demonstrações de brasilidade. Deste modo, a literatura brasileira seria representada por escritores voltados para a construção da nacionalidade; mas não aos moldes modernistas, isto é, com acentuada influência estrangeira, irreverência, ruptura com a linguagem tradicional e misturando ficção e realidade; e sim com “verdade”, com objetividade científica. Decorre daí o apreço dos ideólogos do Estado Novo pelo romance da década de

1930, que, através da representação das peculiaridades regionais, levaria a um reencontro com o Brasil, com as raízes do povo e da terra.

O jornal *A Cruz*, através de seus artigos e editoriais, compartilhou do ideário estadonovista saudando-o como o período glorioso do Brasil, e registrando todas as ações positivas da administração dos interventores em Mato Grosso, principalmente a de Júlio Müller, apresentada como um período de intenso progresso, que trouxe “mudanças” significativas para a cidade de Cuiabá. Mudanças aqui entendidas como transformações no espaço urbano e que estiveram vinculadas à sua manutenção como capital do Estado, projeto político no qual D. Aquino e José de Mesquita tiveram papéis decisivos.

A crítica literária do jornal *A Cruz*, produzida por Mesquita e seus pares, em sua maioria destinava-se a julgar a literatura local pelos padrões estabelecidos nos estatutos do Centro Mato-grossense de Letras, ou seja, a moral, o telurismo, o rigor formal, e geralmente eram trabalhos carregados de elogios ao autor da obra analisada. Com frases de efeito como: “Os amigos são sempre uns gênios”, ou pelo menos “é um talento bonito”, um “escritor de talento”, “um artista de rara sensibilidade” e coisas do gênero, o elogio parecia ser a regra de ouro do crítico José de Mesquita.

Além de tentar fortalecer a identidade regional, a crítica mesquiteana pretendia entreter, informar, educar o gosto dos leitores, ditar regras sociais, morais e religiosas. O autor ressaltou, ainda, em suas seções, aspectos que valorizavam o passado e a terra, enalteceu os feitos heróicos, a natureza e suas riquezas, os costumes, a linguagem erudita. Sua crítica contribuiu, como já dissemos, para o fortalecimento da “cruzada civilizatória” em prol da isolada e esquecida região. Um exemplo disso temos no comentário ao romance *Os companheiros de rancho*, de Antonio Gonçalves de Carvalho:

[...] é este um dos poucos romances mato-grossenses, e por esse fato, como ainda pelo que vale em si mesmo, mereceria a mais ampla vulgarização no nosso meio literário, infelizmente bem reduzido.

[...]

Esses, os temas que devem os nossos vates e romancistas abordar: temas nossos, inspirações nossas, que, infelizmente, tem impressionado mais aos estranhos do que mesmo aos filhos desta terra... Livros como este do Dr. A. G. de Carvalho devem figurar em todas as estantes mato-grossenses. (Cavacos Quinzenais, 1922)

Em relação à poesia, Mesquita vê nela um encantamento capaz de salvar o mundo. Faz sua crítica sem grandes preocupações teóricas, apenas colocando em apreço trechos que elevassem a moral

(dever, justiça, honra, honestidade, pureza, bondade, simplicidade), e a religião (fé, caridade e amor). Refere-se com freqüência ao parnasianismo, enquanto representação e verossimilhança para o arcabouço da obra, mas sua preferência é sempre por temas românticos e sentimentais.

Antimodernista militante, a todo o momento o crítico ataca o movimento de 22, tanto em seus aspectos estéticos quanto ideológicos. Um dos traços mais marcantes na crítica de José de Mesquita é o seu amor pelo passado, seja na escolha do autor seja no estilo do texto que está analisando. Na escolha do autor e do trecho analisado Mesquita revela uma tendência para a crítica impressionista, “boa” para ele era a obra que despertasse e tocasse sua sensibilidade, o que explica, em parte, sua rejeição ao modernismo. Sobre a incompatibilidade entre impressionistas e modernistas, afirma Lafeté:

Resulta daí que os movimentos de vanguarda _ renovadores da sensibilidade na mesma medida em que são renovadores de linguagem _ não podem ser plenamente compreendidos ou aceitos pelo crítico impressionista, que está preso aos seus hábitos velhos e os toma como valores absolutos no julgamento da obra, uma vez que não é capaz de sair deles, pela reflexão sobre a natureza da literatura. (2000, p.62)

O gosto de José de Mesquita, formado no influxo de autores como Anatole France, Boileau, Brunetière, Bouget, Mauriac, Coppée e Ruskin, ficaria preso ao modelo literário praticado por tais escritores.

Como consequência direta desta visão passadista da arte, temos uma concepção de mundo retrógrada e reacionária. Assim, em vários textos, Mesquita deixa transparecer sua ojeriza ao modernismo, relacionando-o ao campo político que combatia, qual seja, a esquerda. Vejamos alguns exemplos:

Às vezes para orientar-me em meio à corrente bolchevista que pretende transformar, deformando, a arte contemporânea, recorro à leitura de algum velho poeta, do tempo em que para versejar era preciso conhecer métrica e ter uma idéia para se exprimir _ porque hoje com o ‘metro livre’ que melhor se diria a falta de metro ou arhythmia, e com a ‘inspiração sem peias de escola’ nada é mais fácil que alinhar meia dúzia de palavras, que no fundo nada significam, mas geometricamente dispostas em forma poética, e esperar pela interpretação daquela charada que forçosamente consagrará o seu autor em gênio, é o que é mais, gênio de mui poucos compreendido.

[...]

E _ ó suprema heresia que me valerá, estou certo, a fulminante sentença por parte do Tribunal revolucionário da Nova Arte, mais implacável que o de Moscou _ digo-vos aqui, muito à pureza, que prefiro mil vezes ler uma página em prosa de Flaubert ou Maupassant, Eça ou Fialho, Ruy ou Coelho Neto, em que encontro muito mais ritmo e sentimento, (condições essenciais da expressão poética) do que todos os volumes produzidos pelos coryfeus da Arte Nova. (Cavacos Quinzenais, maio de 1923)

Em artigo, publicado anteriormente, ao mencionar a opinião de outro crítico, mostra que não está sozinho na sua luta contra a nova estética e aproveita para registrar a origem estrangeira do modernismo ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, enaltece o parnasianismo (tão importado quanto):

O cânon da nova poética _ que, excusado é dizê-lo, é uma arte de importação _ vem condensado nas 'Notes sur la technique poethique' de Vildrac e Duhamel, a respeito das quais Julio Dantas escreveu uma bela página de critica que convinha fosse lida pelos verslibristes da terra, pois fulmina, com seu espírito leve e faceto, as extravagâncias da moderna escola.

[...]

Depois da pleora emocional que foi o romantismo entre nós ainda mais agravada pelas condições peculiares do meio e da raça, o credo parnasiano veio, em boa hora, aliar à beleza plástica do verso a sobriedade elegante do sentimento e deu-nos em Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Raymundo Corrêa e Emílio de Menezes os expoentes máximos de uma geração brilhante e que ainda não tiveram substitutos nas nossas letras. (Cavacos Quinzenais, novembro de 1922)

Em relação ao período de 1922 a 1930, os estudiosos da literatura mato-grossense, geralmente, apontam o anacronismo de nossa produção literária em relação ao restante do país que, em tese, estaria passando por mudanças substanciais no que dizia respeito às artes, principalmente a literatura. Contudo, é preciso levantar alguns questionamentos: primeiro, se o ideário modernista ultrapassou as fronteiras do eixo Rio/São Paulo; segundo, se o fato de os escritores mato-grossenses ignorarem a nova estética foi

fruto de desinformação ou foi uma reação consciente à mudança. Pelo que se pode observar nos trechos citados acima, publicados em 1923 e 1922, portanto, recentes em relação à realização da Semana de Arte Moderna, o anacronismo na literatura regional foi deliberado, pois os fatos relativos à renovação literária não eram ignorados pela elite intelectual mato-grossense. José de Mesquita registra em suas crônicas suas constantes viagens à capital do país e o intercâmbio com outras academias de letras. Desse modo, apesar de autores como Hilda Magalhães, Rubens de Mendonça e outros, apontarem o isolamento geográfico como fator de atraso literário, acreditamos que o anacronismo em Mato Grosso foi uma opção consciente dos intelectuais envolvidos com o projeto do Centro Mato-grossense de Letras e do jornal *A Cruz*, influentes representantes da literatura local.

Mesquita, como católico militante, jamais aprovaria uma estética que pudesse ser identificada com o comunismo, regime político que, entre outras coisas, condenava a influência religiosa sobre a sociedade. Assim, no seu entender, a adesão à nova estética não significava apenas uma “degradação” do gosto literário, mas uma ameaça ao poder da igreja e dos religiosos.

Em Mesquita, o apego ao passado evidencia-se até mesmo em sua forma de expressão, com a construção de períodos enormes, cheios de orações justapostas, com muitos apostos, em contraste com a escrita modernista, geralmente, frases curtas, sintéticas com economia de palavras. A escolha dos adjetivos lhe é bem peculiar; parece que o crítico tinha uma preocupação em “escrever bonito”, o que o leva muitas vezes aos sintagmas de eloquência fácil, como estas usadas em várias de suas análises: “linguagem suave e fluente que recende aos mais puros afetos do coração humano”, ou “o doce amor filial que tem feito vibrar as liras de todos os poetas”. (Cavacos Quinzenais, 8 de fevereiro de 1923)

Parece ser este outro traço antimodernista em José de Mesquita a verbosidade excessiva, a palavra fácil que utiliza sem nenhuma contenção. Sua facilidade provém, talvez, dele ter sido um homem de conversa amigável, com propensão para a oratória, a propósito, foi orador de sua turma, em 1913, quando formou-se bacharel em ciências jurídicas na então Faculdade de Direito no Convento de São Francisco, e teve como colega de turma Menotti Del Picchia.

Se em alguns momentos, a crítica mesquiteana é marcada pelo comentário superficial, em outros podemos perceber um verdadeiro “horror à síntese”, em várias crônicas procura fornecer uma visão completa tanto do espírito da obra como do homem que a realizou, adotando um modelo de abordagem utilizado por críticos como Agripino Grieco, Tristão de Athayde, uma prova de que sua crítica nem sempre foi anacrônica ou atemporal. Segundo Lafetá, este tipo de crítica

[...] casa-se perfeitamente com a técnica do jornalismo; que trata de apresentar ao público uma figura, de entrevistar um autor narrando passagens de sua vida, dialogando com seus livros como se estes fossem pessoas em amável entretenimento com o entrevistador. (2000, p. 54)

Acrescenta, ainda, que a exemplo de toda conversa amigável, os assuntos se embaralham, e se imbricam, e “jamais são desenvolvidos ou chegam ao fim”, o que parece contrariar a intenção de Mesquita, declarada num de seus artigos:

A arte é o equilíbrio exato não o caos desordenado [...] E assim formulei para o meu uso próprio um critério que consiste em ler muito, mas de tudo o que ler procurar condensar o essencial, o importante, — na ciência o certo e na arte o belo— estabelecendo assim a ordem das idéias justas e lógicas como que construindo o *substractum* dos conhecimentos adquiridos. (Cavacos Quinzenais, fevereiro de 1923)

Durante toda a sua atividade de crítico procurará ser fiel a esse método, contudo, na maioria das vezes, ao buscar a síntese das idéias de cada leitura acaba por fazer apenas um mosaico. Aqui cabe observar que há nesse modo de ver o belo e o certo, uma interferência do posicionamento religioso do autor, isto é, a ciência só será “boa” se passar pelo crivo do pensamento católico e o belo nas artes corresponde, não só ao poder de evocação e sugestividade das obras, mas ao seu teor moral. Assim, um “bom romance” (esteticamente) pode ser considerado “perigoso” se não estiver de acordo com a moral religiosa, no caso a católica.

A repulsa por algumas obras, principalmente romances, parte, sobretudo, de um determinado conceito moral, desta forma, em sua crítica podemos inferir que o critério estético se subordina ao ético, pois a beleza não é considerada um fim, mas um meio. Prova disso é que suas análises de textos em prosa dão ênfase às ações das personagens para a exposição de lições de moralidade e de sentimento ligados à recuperação e à valorização da fé cristã, ao exercício da fraternidade e da caridade. Na crítica biográfica, o autor buscava traços comuns para compor “a fisionomia moral” do biografado, misturando o “eu social” ao “eu criador” do escritor.

Seu impressionismo, apontado anteriormente na crítica poética, se evidencia constantemente na prosa, com registros emotivos apelando para a conduta moral/religiosa do leitor. Apesar de seu espírito conservador, José de Mesquita era um leitor atualizado, fato verificado através das várias citações que faz de autores consagrados seus contemporâneos. Desse modo, seria de se esperar de sua parte uma prática mais objetiva e científica, mas ocorre o inverso, sua crítica cede lugar a uma reivindicação hedonista.

Tocamos aqui num ponto importante no que tange à avaliação da atividade crítica do autor, isto é, devemos exigir ou não uma postura mais objetiva nas análises, uma vez que ao iniciar suas seções na coluna “Cavacos Quinzenais” _ cujo assunto gira em torno de literatura _ o cronista as definiu apenas como “uma conversação ligeira sem assunto fixo”, portanto, sem pretensões a crítica literária? A nos fiarmos nesta afirmação, concluiremos que ele cumpriu o prometido. No entanto, não podemos nos esquecer de que havia um projeto político-cultural de afirmação da nacionalidade que passava pela divulgação do regional naquele momento da vida do país e do Estado, e que Mesquita aderiu a esta causa.

Como já foi visto, o regional passou a ser, tanto para os intelectuais conservadores como para os progressistas, o reencontro com o Brasil que se afastara de suas raízes e tradições intelectuais. A maneira de José de Mesquita realizar este ideal foi tentando afastar a literatura mato-grossense da estética modernista. E isto se percebe claramente em sua crítica, nada despreziosa, diga-se de passagem.

Embora tenha demonstrado certa simpatia pelo regionalismo e, na década de 1930, venha aderir politicamente ao ideário estadonovista, que, como vimos, elegeu o romance regionalista de 30 como o expoente máximo da literatura brasileira; na década de 1920, Mesquita não deixa de expressar suas restrições à escola:

Fala-se muito ultimamente em regionalismo, arte, escola, tendências regionalistas. Avança-se mesmo que a literatura regionalista é a única hoje compatível com a nossa evolução e que o regionalismo é um cânon consagrado na Arte moderna.

[...]

Mas, ponhamos as coisas no seu devido lugar e evitemos excessos, próprios, aliás, das fases de transição: o regionalismo não é uma expressão nova nas nossas letras e nem por ele, exclusivamente por ele, se há de aferir o valor dos expoentes culturais de nossa terra. (Cavacos Quinzenais, julho de 1922)

O regionalismo que Mesquita defendia, portanto, era aquele que se limitava a mostrar paisagens e costumes regionais, muito diferente do proposto pelos regionalistas de 1930. Estes viam nesta literatura

uma forma de denunciar a miséria e injustiça social a que estavam submetidas as regiões mais distantes dos centros econômico e de poder; Mesquita, ao contrário, utiliza-se da exaltação do regional para manter o *status quo*.

Sua aproximação ao movimento de recristianização e reespiritualização empreendido, a partir da década de 1920, pelos críticos declaradamente católicos como Tristão de Athayde, presidente do movimento, conferem-lhe um papel que, embora antipático aos olhos atuais, não pode ser ignorado pelos estudiosos da literatura mato-grossense. Com sua crítica, literária ou não, o presidente do Centro Mato-grossense de Letras e articulista do jornal *A Cruz*, cavava uma trincheira com o objetivo deliberado de impedir a entrada do modernismo e das idéias decorrentes dele no Estado.

A par do discurso pela valorização do regional, Mesquita empreendeu o da recristianização do país, retomando a tradição católica; propósito que se casou perfeitamente com a ideologia da ordem conservadora que iria sustentar o Estado Novo. E essa crença dúbia — no restabelecimento das raízes regionais através da literatura e de que o Brasil só se regeneraria se voltasse às origens católicas — teve em Mato Grosso dois discípulos fiéis, D. Aquino e José de Mesquita, que projetaram o desenvolvimento das letras mato-grossenses, segundo seu modo de ver. Desta maneira considerou-se o problema estético como subordinado ao problema maior da criação da nacionalidade/fortalecimento regional, e este subordinado ao problema religioso, estabelecendo uma hierarquia de prioridades para a emergente literatura mato-grossense.

Referências bibliográficas:

LAFETÁ, J.L. 1930: *a crítica e o modernismo*. São Paulo: 2 cidades; Ed. 34, 2000.

MAGALHÃES, H.G.D. *História da literatura de Mato Grosso: século XX*. Cuiabá: Publicações Unicen, 2001.

MENDONÇA, R. de. *História da literatura mato-grossense*. 2ª. Ed. São Paulo: Ave Maria, 1970.

PERIÓDICOS

Jornal *A Cruz*, órgão da Liga Católica Brasileira de Mato Grosso. “Cavacos Quinzenais”, 1922-23.

REVISTA DO CENTRO MATOGROSSENSE DE LETRAS. Cuiabá, Ano I, nº 1, 1922.